

MODALIDADES MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS: UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE DE FLUXOS NA ERA DAS MOBILIDADES



<https://doi.org/10.22533/at.ed.729112526034>

Data de submissão: 14/04/2025

Data de aceite: 29/04/2025

João Marcos Vitorino

Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – UNESP
Rio Claro – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9170146163972363>

Joyce Mary Adam

Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – UNESP
Rio Claro – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3567581285174163>

RESUMO: Este texto integra a tese de doutoramento intitulada “Migração de brasileiros em Portugal: dinâmicas sociais e relações com/na escola pública”, cujo objetivo é ampliar a compreensão do fenômeno migratório a partir de uma abordagem analítico-reflexiva, crítica e interdisciplinar. O estudo propõe um deslocamento teórico das leituras economicistas e jurídico-estatistas tradicionais, defendendo a migração como um fenômeno multifacetado, atravessado por estruturas macroeconômicas, políticas e culturais, mas também por dimensões subjetivas e afetivas. Epistemologicamente, a pesquisa contribui ao tensionar os limites das teorias neoclássicas e histórico-

estruturalistas, evidenciando a insuficiência de explicações unilaterais e classificações rígidas. Ao adotar os conceitos de modalidades migratórias, campo e espaço migratório, bem como redes sociais como categorias analíticas, o estudo propõe ferramentas mais ajustadas à complexidade da mobilidade humana contemporânea. A crítica à judicialização da migração e à produção de categorias estanques permite a construção de uma análise sensível às experiências dos sujeitos em movimento. Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas mais justas e flexíveis, capazes de reconhecer a diversidade de trajetórias migratórias. Com isso, defende-se uma leitura interseccional e intersubjetiva da migração, comprometida com a dignidade humana, o pertencimento e o direito à mobilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Migração;
modalidades migratórias; mobilidade social.

INTERNATIONAL MIGRATORY MODALITIES: A LOOK INTO THE DIVERSITY OF FLOWS IN THE AGE OF MOBILITIES

ABSTRACT: This text is part of the doctoral dissertation entitled “*Migration of Brazilians in Portugal: social dynamics and relationships with/in the public school*,” which aims to broaden the understanding of the migratory phenomenon through an analytical-reflective, critical, and interdisciplinary approach. The study proposes a theoretical shift away from traditional economicist and legal-statist readings, conceiving migration as a multifaceted phenomenon, shaped not only by macroeconomic, political, and cultural structures but also by subjective and affective dimensions. Epistemologically, the research contributes by challenging the limits of neoclassical and historical-structuralist theories, highlighting the inadequacy of unilateral explanations and rigid classifications. By adopting the concepts of migratory modalities, migratory fields and spaces, as well as social networks as analytical categories, the study offers tools better suited to the complexity of contemporary human mobility. The critique of the judicialization of migration and the production of fixed legal categories enables an analysis that is more attentive to the lived experiences of migrating subjects. Ultimately, the research reinforces the need for fairer and more flexible public policies that recognize the diversity of migratory trajectories. In doing so, it advocates for an intersubjective and intersectional reading of migration, committed to human dignity, belonging, and the right to mobility.

KEYWORDS: Migration; migratory modalities; social mobility.

INTRODUÇÃO

Este texto integra a pesquisa de doutoramento intitulada “*Migração de brasileiros em Portugal: dinâmicas sociais e relações com/na escola pública*”¹, cuja proposta central é ampliar e aprofundar a compreensão sobre o fenômeno migratório a partir de uma abordagem analítico-reflexiva, que dialogue criticamente com os paradigmas teóricos tradicionais e contemporâneos.

Tal esforço surge da constatação de que os deslocamentos populacionais, longe de constituírem apenas movimentos espontâneos ou decisões econômicas isoladas, expressam transformações mais amplas nas configurações sociais, políticas, culturais e jurídicas do mundo globalizado.

Nesse sentido, o presente estudo propõe um mergulho nas *dinâmicas migratórias* contemporâneas, considerando a diversidade de motivações, trajetórias e experiências que atravessam os sujeitos em mobilidade. Ao invés de adotar uma perspectiva simplista e reducionista — que muitas vezes se limita às abordagens econômicas clássicas ou às categorias jurídicas estatais —, este texto propõe um olhar atento às complexidades e contradições do fenômeno migratório, partindo do reconhecimento de que migrar é uma experiência situada, histórica e relacional.

1 Pesquisa de Doutorado disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/295465>

A migração, neste trabalho, é analisada como um fenômeno multifacetado, atravessado por estruturas macroeconômicas e geopolíticas, mas também por dimensões subjetivas, afetivas e relacionais.

A centralidade da noção de *modalidades migratórias* (como a laboral, forçada, estudantil, por reagrupamento familiar, entre outras) permite reconhecer as distintas lógicas e implicações que configuram os deslocamentos humanos, evidenciando que tais experiências não são homogêneas, mas profundamente condicionadas por recortes de classe, raça, gênero, nacionalidade, escolaridade e posição no campo político-jurídico.

Para tanto, o texto dialoga com autores centrais do campo das migrações, como Abdelmalek Sayad (1998), Castles e Miller (1998), Sassen (1998), Wallerstein (2004), Wenden (2023) e Almeida e Baeninger (2013), buscando articular diferentes aportes teóricos com vistas a construir uma leitura crítica do fenômeno.

A crítica à judicialização da migração e às categorias estanques impostas pelos Estados também se apresenta como eixo de reflexão, ao passo que se reconhece a necessidade de políticas mais sensíveis às realidades concretas dos sujeitos migrantes.

Além disso, são mobilizados os conceitos de *campo migratório* e *espaço migratório* como ferramentas heurísticas que permitem uma apreensão mais abrangente dos fluxos internacionais de pessoas, valorizando tanto os circuitos transnacionais quanto as redes sociais de suporte que viabilizam e sustentam os projetos migratórios.

As redes — entendidas como metáforas analíticas de vínculos sociais e afetivos — são abordadas não apenas como mediadoras da migração, mas também como expressões de resistência, pertencimento e (re)construção de identidades em contextos de trânsito e reconfiguração cultural.

Com isso, o texto que se segue busca construir um campo analítico plural, capaz de tensionar as limitações de paradigmas economicistas, jurídicos ou essencialistas, ao mesmo tempo em que aposta na potência das leituras interdisciplinares e interseccionais para compreender a complexidade do fenômeno migratório em sua totalidade.

Trata-se, portanto, de um convite à reflexão crítica, comprometida com a dignidade dos sujeitos em movimento e com a construção de políticas e saberes que estejam à altura dos desafios do nosso tempo.

DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

No Século XXI, intensifica-se a diminuição da distância entre fluxos de pessoas, lugares, informações, mercadorias (Almeida; Baeninger, 2013), formatando uma nova ordem mundial onde, apesar da rigidez do controle fronteira por parte dos países mais ricos, o espaço adquire uma dimensão internacionalizada, o que, por sua vez, demanda a compreensão das modalidades migratórias para análise de tal cenário.

A análise das múltiplas dinâmicas relacionadas aos processos migratórios têm exigido, por um lado, a reconfiguração metodológica de tal processo, de maneira a interpretar com acuidade os movimentos realizados tanto numa perspectiva micro quanto macro, bem como tem impulsionado a compreensão do espaço-tempo numa perspectiva mais ampla, e, portanto, relacionada aos novos fluxos internacionais de pessoas decorrentes dos diversos cenários históricos do século XXI (Almeida; Baeninger, 2013, p. 23). Desse modo, no tabuleiro teórico onde se convencionam as perspectivas em torno da compreensão da temática, esmiúçam-se possibilidades para a análise do fenômeno, sendo factível a existência de compreensões díspares.

Nesse sentido, os diferentes recortes epistemológicos visam, por um lado, atender a demandas específicas, de grupos particulares, que buscam interpretar a mobilidade dos sujeitos a partir do seu campo disciplinar.

Nessa direção, uma das abordagens de análise do fenômeno encara a existência de três processos distintos: a imigração (caracterizada pelo deslocamento de indivíduos para um país distinto do seu de origem, com posterior estabelecimento de residência e integração na cultura do país anfitrião), a emigração (consistindo na partida do país de origem, com a perspectiva de se tornar imigrante em uma nação estrangeira) e, por fim, a migração (uma esfera mais abrangente que engloba uma gama diversificada de fluxos migratórios que coexistem e se entrelaçam com as vivências dos sujeitos (Golgher, 2004, p. 7-8).

Todavia, muito embora por um tempo tal articulação esquemática (e, portanto, fragmentada) tenha procurado dar vazão a compreensão dos deslocamentos dos sujeitos, atualmente compartilha-se a perspectiva de que o tema da migração é complexo, multifacetado e atravessado por dinâmicas, estas mesmas transdisciplinares, o que, por sua vez, inviabiliza uma noção estagnada do campo. Para Sayad (1998):

[...] a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; [...] ele [o espaço] é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente [...]. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (Sayad, 1998, p. 15).

Do ponto de vista teórico, Castles e Miller (1998) chamam a atenção para o fato de que, ainda há, a tendência de estudiosos analisarem os fenômenos da migração a partir de uma perspectiva do equilíbrio econômico neoclássico², que enfatiza as teorias de

2 De acordo com Castles e Miller (1998, p. 20), tal concepção está enraizada na perspectiva de Ravenstein, e de estudiosos do final do século XIX, que adotam a compreensão de que a migração é predominantemente motivada por fatores econômicos. Ravenstein argumentou que as pessoas migram para melhorar suas condições de vida, sendo atraídas por oportunidades de emprego e melhores salários em áreas mais desenvolvidas, enquanto são repelidas por condições adversas em suas regiões de origem. No entanto, essa teoria é frequentemente criticada por sua simplificação excessiva, pois ignora aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais que também influenciam os movimentos migratórios. Além disso, a teoria não considera as complexidades das redes sociais e familiares, que desempenham um papel crucial na decisão de migrar, nem aborda adequadamente as dinâmicas de migração forçada, como a de refugiados, que não migram por razões econômicas, mas por necessidade de segurança e sobrevivência (Castles;

push-pull, onde há fatores que “empurram” os sujeitos, tais como crescimento demográfico, baixos padrões de vida, falta de oportunidades econômicas e repressão política, enquanto que os fatores que “puxam” são consolidados por demandas de trabalho, disponibilidade de terra, boas oportunidades econômicas e políticas (Castles; Miller, 1998, p. 20).

Atualmente, tal explicitação tem sido reconfigurada pela compreensão de que o processo migratório deve considerar a importância de se incitar “[...] um olhar interdisciplinar para apreendemos sua complexidade e, ao mesmo tempo, sua especificidade” (Almeida; Baeninger, 2013, p. 24).

O problema que reside na abordagem Neoclássica é que, ao apregoar uma visão essencialmente individualista ao ato de migrar acaba por se restringir a um patamar a-histórico. Dessa forma, a busca sempre se voltará, em última instância, para o caráter financeiro, mobilizando os sujeitos a identificarem os lugares mais lucrativos. Todavia, tal movimento analítico se mostra simplista, pois “a ideia de migrantes individuais que fazem escolhas livres que não apenas ‘maximizar seu bem-estar’, mas também levar a um ‘equilíbrio mercado’ (Borjas, 1989, p. 482) está tão distante da realidade histórica que tem pouco valor explicativo” (Castles; Miller, 1998, p. 22).

Se por um lado a perspectiva Neoclássica enfatiza de maneira muito radical que o movimento de migração está relacionado, prioritariamente, às questões econômicas, recaindo sobre o sujeito a decisão unilateral de mudança, Castles e Miller (1998) avaliam que a abordagem histórico-estruturalista, embora tributária de uma corrente crítica, enfatiza de maneira demasiada os interesses do capital como fator determinante que propicia o processo de migração.

Nessa seara, ambas as teorias, no entanto, relativizam ao desconsiderar as interfaces entre as microestruturas e as macroestruturas, para quem os fatores pessoais e as políticas de ordem mundial concorrem como sendo atributos igualmente importantes para a articulação dos fluxos migratórios (Castles; Miller, 1998, p. 21-23).

Desse modo, e considerando o pressuposto de que “falar de imigração é falar da sociedade como um todo” (Sayad, 1998, p. 16), torna-se salutar ampliar a compreensão dos deslocamentos, assumindo-se, assim, a ideia de modalidades migratórias como eixo central para a profusão da discussão teórica.

Assim, “[...] se a migração é um fato social completo e o pesquisador aceita o limite de apreensão da realidade social pela ciência [...]”, a questão passa a ser então “incorporar essa dificuldade de forma consciente e explícita na pesquisa, definindo as dimensões a serem incorporadas para a análise do fenômeno migratório” (Almeida; Baeninger, 2013, p. 24-25).

A pertinência do conceito de modalidades migratórias tem sido amplamente debatida entre estudiosos das ciências sociais e das migrações. Castles e Miller (1998) destacam a importância de reconhecer as diferentes formas de migração para compreender a

Miller, 1998, p. 20).

complexidade e a diversidade das experiências migratórias. Argumentam, nesse sentido, que as modalidades de migração — como migração forçada, laboral, familiar e estudantil — são essenciais para identificar as motivações, condições e impactos específicos que caracterizam cada tipo de movimento (Castles; Miller, 1998, p. 22).

Além disso, a teorização das modalidades migratórias deve ser constantemente revisitada à luz das mudanças socioeconômicas e políticas globais. Sassen (1998), em sua análise sobre a globalização e a migração, enfatiza que as transformações nas economias mundiais e nas políticas de fronteiras alteram continuamente as dinâmicas migratórias, tornando obsoletas as classificações rígidas (Sassen, 1998, p. 36).

A autora argumenta que as modalidades de migração não podem ser entendidas isoladamente, pois frequentemente coexistem e se entrelaçam, como no caso de trabalhadores migrantes que também são refugiados ou de estudantes internacionais que se tornam parte da força de trabalho local. Portanto, uma abordagem crítica deve considerar a fluidez e a interconexão dessas modalidades para evitar análises reducionistas.

Em seu sistema-mundo, Wallerstein (2004), sugere que as migrações devem ser vistas como parte de um sistema mais amplo de desigualdades globais, onde as pessoas se movem não apenas por escolhas econômicas, mas também em busca de dignidade e justiça (Wallerstein, 2004, p. 78). Reconhecer a origem/trânsito/destino do deslocamento dos migrantes e as complexas redes de suporte e opressão em que estão inseridos é crucial para uma compreensão mais holística das migrações.

Desse modo, insta salientar a importância do estudo das modalidades migratórias como possibilidade de análise desse processo, seja por sua constante consideração aos sujeitos históricos e o respeito aos inúmeros fatores que podem incidir ao processo de migração, seja por sua visão de amplitude de análise social.

O estudo das migrações, nesse sentido, demonstra complexidade analítica, pois implica: a) compreender a dimensão político-social-econômica-cultural do processo tanto no contexto de origem, quanto no contexto de trânsito e destino; b) estabelecer análise densa a respeito do perfil dos migrantes internacionais, visto que, qualquer categorização esquemática pode recobrir de estereótipos a análise da realidade; c) compreender que, as dimensões de análise são fundamentalmente importantes para a apreensão do processo, uma vez que estas “emprestam” suas lentes ontológicas, e estas favorecem ora um olhar para a completude, ora para a fragmentação histórica, resultando daí a importância de se estabelecer a compreensão do caráter interdisciplinar da investigação que centra-se na migração.

Desse modo, torna-se imperativo propor reflexão acerca das “causas” e os “motivos” que operam os fluxos de pessoas, movimento este associado à uma perspectiva macro e microestrutural (Almeida; Baeninger, 2013, p. 23). Ou seja, por um lado, observa-se os condicionantes sociais que tornam um sujeito um possível migrante internacional de acordo com a espacialidade que ocupa, mas, por outro, avalia-se os fatores pessoais que influenciam a decisão de migrar.

Trata-se, nesse sentido, de pensar de maneira articulada a “conciliação entre ação e estrutura”, reforçando, também, o papel do sujeito nesse processo, pois “[...] é neste ponto que - mesmo partindo de uma perspectiva histórico-estrutural como a de Singer - se pode reivindicar o “papel” do agente individual numa teoria migratória” (Almeida; Baeninger, 2013, p. 25). Para as autoras, é fundamental que a discussão a respeito leve em consideração tais particularidades, uma vez que:

A dinâmica dos fluxos e as formas de instalação apresentam especificidades de acordo com o tipo de migrante, a modalidade da migração e a forma de inserção na sociedade receptora. As regras políticas, econômicas e sociais não são as mesmas para todos os perfis de migrantes, portanto, consequentemente as práticas e os mecanismos envolvidos no projeto e na realização da migração não serão idênticos. A observação de um fluxo migratório hoje pode mais facilmente resultar em uma análise fragmentada, incapaz de apreender o fenômeno em termos de sua totalidade, quando se ignora esse cenário. Assim como uma concepção muito restrita de migração significa a desconsideração de formas importantes de mobilidade, os critérios para tipificar os deslocamentos também precisam ser cuidadosamente selecionados com o intuito de minimizar os prejuízos analíticos. A definição das modalidades migratórias precisa estar em sintonia com a particularidade do fenômeno a ser pesquisado, pois sua função é oferecer uma ferramenta à análise, não deve ser concebida para ser abstrata, nem universal: o valor explicativo da tipologia adotada deve fazer face ao contexto investigado. Frente ao fenômeno da globalização, os tipos de modalidades migratórias devem ser capazes de diferenciar as formas, os fatores e os objetivos das mobilidades de forma a contemplar a multiplicidade dos deslocamentos (Almeida; Baeninger, 2013, p. 32).

Nessa direção, a simplificação proposta pela teoria Neoclássica a respeito da premência do fator *push-pull* em relação a auferição de ganhos econômicos é tanto limitada quanto incompleta, pois apresenta de maneira esquemática parte da motivação pessoal dos migrantes. Assim, outros fatores sociais precisam ser incluídos no bojo de discussão a respeito dos motivos relacionados à decisão de migrar, recaindo, nesse sentido, a importância de se repensar essas dicotomias.

Nessa direção, “as intempéries vividas por aqueles que estão dispostos a entrar ilegalmente nos EUA, não seriam aceitas se o que estivesse em jogo fosse “apenas” um salário maior” (Almeida; Baeninger, 2013, p. 26), o que por sua vez reforça que existem outras questões que favorecem tal processo. Desse modo, os fatores subjetivos ganham força na arena de discussão das novas modalidades migratórias, uma vez que a explicação dos fatores de expulsão quanto os de atração já não são ferramentas heurísticas que podem dar conta da complexidade desse movimento.

É importante destacar que esse papel social está em constante movimento de análise, sendo acompanhada por discussões que articulam duas premissas em confronto: por um lado as categorias jurídicas que visam classificar os migrantes, e de outro a realidade sociológica contemporânea.

Para Almeida e Baeninger, (2013) tal movimento, que se demonstra como sendo um desafio epistemológico, “passa pela tarefa de compreender a sociedade de origem e de destino, bem como das relações que se estabelecem entre elas” de modo que sejam fomentadas significações em diversos campos disciplinares como “[...] na antropologia, na sociologia, na demografia, na história, na ciência política” (Almeida e Baeninger, 2013, p. 25).

A crítica à judicialização desse processo se deve ao fato de que as leis formuladas, via de regra por países que possuem monopólio econômico, desconsideram a diversidade de realidades, tentando acomodar em caixas uniformes, situações que são, por vezes díspares. Desse modo, o sistema jurídico tende a classificar os migrantes em termos estanques como “refugiados”, “migrantes econômicos” ou “migrantes ilegais”, ignorando as sobreposições e nuances dessas identidades (Wenden, 2023). Esta abordagem não apenas simplifica uma realidade multifacetada, mas também desumaniza os indivíduos ao reduzi-los a meros rótulos legais.

A realidade sociológica dos migrantes de hoje é muito mais complexa e diversificada do que essas categorias legais podem acomodar. Em um mundo globalizado, as razões para migrar são muitas vezes interligadas e multifatoriais (Sayad, 1998). Um indivíduo pode ser ao mesmo tempo um refugiado fugindo de perseguição política e um imigrante econômico buscando melhores condições de vida. As categorias jurídicas falham em reconhecer essas intersecções, resultando em políticas de imigração que são inadequadas e, muitas vezes, injustas (Wenden, 2023). Esta falta de compreensão e flexibilidade na legislação agrava a vulnerabilidade dos migrantes, que se encontram presos em lacunas legais que não refletem suas realidades. Nessa direção, Wenden (2023) propõe uma provocação:

Muitas mulheres que chegam através de procedimentos de reagrupamento familiar estão a entrar no mercado de trabalho: deveriam então ser categorizadas em termos de reagrupamento familiar ou migração laboral? Os menores não acompanhados são frequentemente considerados “ilegais” quando atingem a idade de 18 anos. Alguém que entra num país como migrante irregular, mas cujo nível de qualificação o ajuda a obter um estatuto legal, pode então entrar no mercado de trabalho qualificado e talvez adquirir cidadania. A que categoria deve ser atribuídos? (Wenden, 2023, p. 16, tradução nossa³).

O descompasso entre as categorias jurídicas e a realidade sociológica tem consequências reais para os migrantes. As políticas restritivas baseadas em categorias desatualizadas podem levar a deportações injustas, negação de asilo e uma série de violações de direitos humanos. Além disso, a estigmatização dos migrantes como “ilegais” ou “indesejáveis” alimenta a xenofobia e o racismo, criando um ambiente hostil e perigoso

3 Trecho original: “Many women arriving through family reunification procedures are entering the labour market: should they then be categorised in terms of family reunification or labour migration? Unaccompanied minors are often considered to become “illegal” when they reach the age of 18. Somebody who enters a country as an irregular migrant, but whose level of qualification helps them to gain a legal status may then enter the skilled labour market and perhaps acquire citizenship. To which category should they be assigned?”

para aqueles que buscam refúgio ou uma nova vida. Essa desconexão revela uma falha fundamental em nossas sociedades: a incapacidade de visualizar os migrantes como seres humanos complexos e dignos de respeito e proteção. Assim sendo:

Os migrantes internacionais podem pertencer a uma de várias categorias, num contexto de categorizações confusas e de fluxos migratórios mistos. Os trabalhadores estrangeiros constituem o maior grupo, embora em países de imigração antigos, como os EUA e alguns países europeus, o reagrupamento familiar constitua o maior grupo. Há um número crescente de estudantes internacionais, bem como de refugiados. Podemos distinguir entre migração voluntária (trabalho, reagrupamento familiar, estudos) e migração forçada (refugiados, pessoas deslocadas ambientalmente) e observar padrões no que diz respeito ao gênero dos migrantes (no geral, homens e mulheres representam 52% e 48% dos migrantes internacionais); idade (migrantes seniores, economicamente activos e menores), o seu grau de qualificação (migrantes em geral, qualificados e não qualificados) e o seu estatuto legal ou irregular. Contudo, a crescente globalização da migração está a tornar cada vez mais difícil distinguir entre alguns perfis, especialmente entre migrantes voluntários e forçados (Wenden, 2023, p. 16, tradução nossa⁴).

Castles e Miller (1998, p. 20-29) avaliam as políticas migratórias com base na centralidade do conceito da cidadania associada a questão do multiculturalismo. Para os autores, tributários de uma concepção sociológica crítica, a negociação das identidades reflete questões relacionadas ao pertencimento do grupo social, o que por sua vez respinga na formulação das políticas migratórias.

É fruto dessa noção a situação australiana, onde um assentamento inicial majoritariamente branco, composto por britânicos, cede lugar a negociação (forçada) dos direitos dos aborígenes, e posteriormente, a incorporação de migrantes não brancos de outros lugares do mundo. Essa substancial alteração de uma “Austrália branca” possibilita-nos pensar na problematização de quais sujeitos pertencem a este espaço (Wenden, 2023, p. 17).

Desse modo, torna-se imperativo repensar as categorias jurídicas à luz das transformações sociais contemporâneas, de modo que reflitam com assertividade (ou a partir de um nível de proximidade maior) os desafios sociológicos atuais. Isso requer, por um lado, a estruturação de políticas internacionais que não dicotomizem os sujeitos, estigmatizando-os em categorias, e por outro, a compreensão holística e humanizada dos migrantes a partir da centralidade do conceito das modalidades.

4 Trecho original: “International migrants may belong to one of several categories, in a context of blurred categorisations and mixed migration flows. Foreign workers make up the largest group, although in old immigration countries, such as the US and certain European countries, family reunification makes up the largest group. There are increasing numbers of international students, as well as refugees. We can distinguish between voluntary migration (work, family reunification, studies) and forced migration (refugees, environmentally displaced persons), and observe patterns with regard to the gender of migrants (overall, men and women make up 52% and 48% of international migrants respectively), age (senior, economically active, and minor migrants), their degree of qualification (broadly, skilled and unskilled migrants), and their legal or irregular status. However, the increasing globalisation of migration is making it more and more difficult to distinguish between some profiles, especially between voluntary and forced migrants”.

A identificação de que a migração é um fenômeno multifacetado inspirou estudiosos a desenvolverem os conceitos de campo migratório e espaço migratório Almeida e Baeninger (2013, p. 29). Essas noções permitem uma reconstituição dos trajetos e das estruturas formadas pelos fluxos migratórios, que se mantêm relativamente constantes, considerando a origem/trânsito/destino dos migrantes.

De acordo com Simon (2002), esses novos termos surgiram como uma resposta à insatisfação teórica com os conceitos tradicionais de migração, fluxos migratórios e populações migrantes, considerados insuficientes para englobar as complexas relações espaciais inerentes aos processos migratórios.

A maior complexidade dos itinerários migratórios e a ampliação dos pontos de partida, chegada e trânsito dos migrantes exigiam uma nova abordagem teórica. O conceito de campo migratório, como espaço relacional dos migrantes, permite uma análise de um espaço social transnacional, estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem (Almeida; Baeninger, 2013).

É a partir da compreensão desses múltiplos aspectos que Almeida e Baeninger (2013, p. 30) entendem que “se os conceitos são instrumentos heurísticos do fazer científico, possuem papel-chave nas análises e devem ser utilizados com base em critérios objetivos de adequação à realidade pesquisada” uma vez que “[...] um fenômeno migratório insere-se num quadro mais amplo, e somente o mapeamento de suas especificidades poderá explicá-lo” Almeida e Baeninger (2013, p. 30).

Desse modo, as autoras avaliam ainda aspectos como a impositividade dos conceitos Boudinianos de capital social e capital cultural, que influenciarão, de maneira significativa, o contexto da experiência pessoal do migrante no país de trânsito/destino, dada a articulação das (im)possibilidades que se colocarem à sua disposição em função do papel/lugar social que desempenham.

Nessa direção, urge a impositividade do estudo das redes sociais (Soares, 2004) no contexto da migração internacional como elemento especialmente importante, uma vez que cada sujeito, a depender de sua “categoria de migrante” ocupará uma posição no tecido social, incorporando e performando, desse modo, distintas relações na estrutura socioeconômica da sociedade de acolhimento. Assim, “como os tipos de migrantes posicionam-se distintamente na estrutura socioeconômica, suas redes sociais refletem isso, na medida em que são metáforas das relações e interações humanas” o que por sua vez articulam-se em função do “[...] pertencimento a círculos sociais, que têm natureza, extensão e estrutura distintas (Almeida; Baeninger, 2013, p. 27).

O estudo das redes sociais como sendo uma metáfora de análise do processo de deslocamento de pessoas no tempo-espaço tem reconfigurado as bases de compreensão sobre este fenômeno, lançando luz à aspectos que as teorias anteriores não deram conta de apreender. Nessa direção, Soares (2004) esclarece que duas são as questões que resultam de tal movimento: “(a) por que alguém se torna migrante? e (b) por que algumas pessoas de um segmento populacional, sob efeito das mesmas transformações estruturais econômicas, sociais ou políticas, migram e outras não?” (Soares, 2004, p. 106).

Ou seja, compreender a dinâmica da migração vai além de identificar as estruturas capitalistas que se sobrepõem aos indivíduos, ou mesmo as questões puramente individuais que motivam o processo, reconfigurando-se, nesse sentido, a compreensão para as unidades efetivas que se concentram, essencialmente, na dinâmica da grupalidade em suas diversas esferas: família, relações de amizade, relações com o conhecimento, relações de parentesco, etc. Desse modo, Soares (2004) esclarece que:

As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração.” (Soares, 2004, p. 106).

Assim, as relações interpessoais, decorrentes de laços consanguíneos ou entre os conterrâneos de dada espacialidade, firmam-se como fortes condicionantes de uma estrutura que se sobrepõe às regulamentações estatais, e provê, de maneira efetiva, o estreitamente de uma conexão que auxiliará os migrantes no processo de deslocamento e adaptação. Nessa direção, a compreensão das redes sociais fortalece-se como constructo heurístico indispensável para se analisar as dinâmicas relações estabelecidas entre os sujeitos nas diferentes modalidades migratórias.

Soares (2004) aponta para a necessidade da explicitação clara dos conceitos que envolvem a dinâmica da migração, favorecendo-se, desse modo, um olhar atento e claro para esta realidade. Desse modo, distingue rede social como sendo um “conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação” (Soares, 2004, p. 107); rede pessoal como “um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.” (Soares, 2004, p. 107); e rede migratória como sendo um processo que “agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras; consiste, portanto, em rede de redes sociais.” (Soares, 2004, p. 107).

Na esteira de tal conceituação, destaca-se, conforme Simon (2002) a ideia de um sujeito que intervém em sua realidade e que possui, nesse sentido, capacidade de iniciativa e potencial em gerir recursos sociais que se desdobram em “[...] estratégias baseadas em lógicas integradoras de variáveis de todo o processo migratório internacional”.

Desse modo, o estudo sobre os diferentes processos de migração exige: a) compromisso com a análise do processo de maneira ampliada, refletindo-se, portanto, a necessidade do estudo das diferentes modalidades; b) consideração das dimensões macro e micro, de modo a avaliar o papel interventivo da ação dos sujeitos e das estruturas sociais; bem como c) análise das redes que operam a decisão de migrar. Tais particularidades permitem exprimir, de maneira assertiva e direcionada, o processo migratório, compreendendo-o sempre a partir de uma visão holística e integrada com a realidade sociológica na qual os sujeitos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dinâmicas migratórias à luz do estudo de suas modalidades e de seus entrelaçamentos epistemológicos, políticos, jurídicos e socioculturais permite uma reconfiguração teórica do fenômeno, escapando das abordagens reducionistas que historicamente tentaram explicar o deslocamento de sujeitos apenas sob a lógica do déficit econômico ou da mera mobilização da força de trabalho.

Como foi amplamente discutido ao longo do texto, a migração configura-se como um fenômeno multifacetado, que exige uma abordagem sensível à complexidade do mundo contemporâneo, no qual a mobilidade humana não pode mais ser lida apenas por meio de dicotomias rígidas ou categorias estanques.

Ao evidenciar as críticas às abordagens neoclássicas e histórico-estruturalistas, este estudo buscou tensionar as limitações analíticas impostas por perspectivas que, ao focarem de forma unilateral em fatores econômicos ou em estruturas sistêmicas, acabam por negligenciar a agência dos sujeitos e as redes sociais que articulam e sustentam os projetos migratórios.

Nesse sentido, retomar a literatura crítica foi fundamental para evidenciar que migrar é uma experiência que atravessa múltiplas dimensões da vida, sendo, portanto, indissociável das realidades concretas dos sujeitos e de seus modos de inserção em diferentes contextos sociopolíticos e econômicos.

O aprofundamento da discussão em torno das modalidades migratórias — laboral, forçada, estudantil, por reagrupamento familiar, entre outras — reforça a necessidade de se construir ferramentas analíticas mais ajustadas às novas realidades, capazes de reconhecer que a migração contemporânea é marcada pela sobreposição de motivações, identidades e trajetórias. A ideia de “migrações mistas” rompe com o paradigma classificatório clássico e desafia os sistemas normativos a produzirem respostas mais humanizadas e contextualizadas.

Além disso, a noção de campo e espaço migratório amplia o alcance teórico e empírico do estudo das migrações, evidenciando os circuitos constantes e mutáveis que estruturam as redes transnacionais de mobilidade. Ao lado disso, o papel das redes sociais torna-se imprescindível: compreender como relações de parentesco, amizade e origem comum conformam verdadeiros suportes para a mobilidade, a adaptação e a permanência dos migrantes lança luz sobre dinâmicas que ultrapassam as lógicas estatais e jurídicas de controle e categorização.

Outro ponto nevrálgico reside na crítica à judicialização e à categorização jurídica inflexível, que insiste em classificar os migrantes de maneira arbitrária, desconsiderando suas múltiplas identidades e realidades. Essa desconexão entre os marcos legais e a realidade sociológica, contribui para a intensificação de injustiças, exclusões e desumanizações, ao reduzir vidas e experiências a rótulos técnicos, muitas vezes impostos por estruturas de poder coloniais e eurocêntricas.

Portanto, pensar a migração como fato social total, implica reconhecer que nela se condensam disputas por pertencimento, acesso a direitos, dignidade humana e reconhecimento social. Com isso, cabe à pesquisa social o desafio de construir um olhar interseccional e interdisciplinar, que valorize simultaneamente os fatores macroestruturais e as micropolíticas da vida cotidiana dos sujeitos migrantes.

Desse modo, a pesquisa aqui delineada defende que uma análise crítica das dinâmicas migratórias deve se comprometer com três eixos fundamentais: (1) a ruptura com explicações simplificadoras e universalizantes; (2) a incorporação das experiências subjetivas e das redes sociais enquanto mediadoras do processo migratório; e (3) a exigência de políticas públicas e jurídicas que acompanhem as transformações do fenômeno, assegurando o respeito à diversidade de trajetórias, identidades e histórias dos sujeitos em trânsito.

Assim, ao invés de buscar enquadrar a migração em modelos normativos preexistentes, é preciso repensar os próprios modelos à luz da realidade vivida. Só assim será possível compreender — e intervir — com maior justiça e humanidade em um dos fenômenos mais desafiadores e reveladores do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013. (Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9). Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_09.pdf. Acesso em 18 ago. 2024.

CASTLES, S.; MILLER, M. **The Age of Migration**: International Population Movements in the Modern World. 2. ed. Houndmills: Macmillan Press, 1998.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Texto para discussão, 231, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>. Acesso em 27 out. 2024.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SIMON, G. “**Penser globalement les migrations**”. Projet, n° 272, 2002. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37?lang=fr>. Acesso em 14 out. 2024.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 21(1), 101–116, 2004. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/284>. Acesso em 12 out. 2024.

WALLERSTEIN, I. M. **World-Systems Analysis**: An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WENDEN, C. W. Immigration policies. In: WENDEN, C. W. **Migration and international relations**. Cham: Springer, 2023. p. 15–35. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-31716-3_2. Acesso em: 18 mar. 2024.